



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
Departamento de Qualidade Ambiental
Gerência de Qualidade do Ar
Coordenação da CAP-PROCONVE
SEPN 505 Bloco B, 1º andar - sala T-20 - CEP: 70730-542
TEL.: (61) 2028-2025 FAX (61) 2028-2252

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 414, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES - CAP/PROCONVE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAP

Após a verificação do quorum necessário, foi iniciada às dez horas do dia quinze de maio do ano de dois mil e treze, a sétima Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE (7ª RO), realizada no Ministério do Meio Ambiente, na sala 13 do Bloco B da SEPN 505, Asa Norte, na cidade de Brasília/DF.

A lista dos representantes e dos demais participantes presentes encontra-se em anexo.

O coordenador da CAP iniciou a reunião destacando a importância da implementação das novas fases do PROCONVE. Em seguida, apresentou a nova diretora do Departamento de Qualidade Ambiental, Leticia Reis de Carvalho, informando que a mesma foi indicada como representante suplente do Ministério do Meio Ambiente na CAP. A Diretora saudou os presentes e sinalizou a firme intenção de apoiar todas as atividades desenvolvidas por esta Comissão.

O primeiro item da pauta foi relacionado à Ata da 6ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade.

A reunião teve como segundo item da pauta os informes das seguintes instituições: IBAMA, CETESB, MME, ANP, PETROBRAS, CNI e ABRACICLO.

O representante do IBAMA, Márcio Veloso, relatou o expressivo avanço com relação à agilidade que se conseguiu imprimir na homologação de veículos com a consolidação do Infoserv. Com relação a esse tema, o representante da CNI, Henry Joseph Junior, acrescentou que embora haja o reconhecimento desse avanço, o sistema ainda requer melhorias, tendo apresentado à Comissão suas principais preocupações.

Em seguida, em nome da CETESB, Rui de Abrantes fez uma apresentação em que salientou a diminuição do tempo de análise dos processos de homologação de 98 dias para sessenta e dois dias. No decorrer da apresentação, foi levantada a questão da possibilidade de adulteração no processo de diluição do ARLA 32. Foi destacado pela CETESB que a fragilidade no sistema de controle e monitoramento da concentração do produto pode ocasionar um retrocesso no processo de melhoria das emissões, uma vez que, se a concentração do ARLA 32 for

adulterada, os veículos da fase P7 podem passar a emitir poluentes como se fossem veículos das fases anteriores. Para monitorar o consumo do ARLA 32, foi sugerido pelo representante do CNEA, Ademilson Zamboni, a utilização dos dados de venda como indicador. Foi informado pelo representante do MME, Cláudio Akio Ishirara, que a venda de ARLA 32 tem aumentado consideravelmente, representando atualmente cerca de 1,5% da venda de Diesel S10.

A reunião foi então prosseguida com o informe do MME, cujo representante, Cláudio Akio Ishirara, relatou o andamento das reuniões da Sala de Situação, criada pelo MME para monitorar o mercado de combustíveis e do ARLA 32. Foi informado que a implementação do diesel S10 foi considerada dentro da normalidade e que atualmente o diesel S10 representa 15% do consumo total desse tipo de combustível. Foi informado também que existem hoje no Brasil dezoito empresas produtoras/importadoras de ARLA 32 e que mesmo com o grande volume de ARLA 32 comercializado atualmente no Brasil, a indústria nacional tem capacidade de produzir ainda mais. Um ponto importante destacado pelo representante do MME foi a questão do modo de comercialização do produto, que, se feito a granel, além de possibilitar a diminuição do preço final, também reduz a geração de resíduos de embalagens. No entanto, existem algumas dificuldades na implementação desse tipo de logística, como o licenciamento ambiental e a garantia de controle de qualidade. Rui de Abrantes, da CETESB, informou que em São Paulo a licença ambiental será condicionada ao armazenamento em tanque metálico ou não metálico e com parede dupla, devido às características do produto (eutrofizante e corrosivo).

Em seguida, foi feito um breve relato pelos representantes da ANP, Rosângela Moreira de Araújo e Jackson Albuquerque, em relação ao teor de enxofre na gasolina e sobre a questão do detergente dispersante.

O próximo informe foi dado por Gilson Bortolon, da Petrobras, que fez uma apresentação sobre a nova gasolina S-50 e a distribuição do óleo diesel S-10.

Na sequência, o representante da CNI, Henry Joseph Junior, fez uma apresentação sobre as questões relacionadas à implementação do PROCONVE, destacando o rigor dos valores adotados nacionalmente. Foi destacado que os padrões para veículos leves são baseados nos padrões americanos e em relação aos pesados, os padrões equiparam-se com os valores adotados na Europa.

O informe seguinte foi dado pela ABRACICLO. Um dos itens destacados na apresentação foi a queda das exportações das motocicletas. Esse fato foi atribuído à rigidez brasileira do controle de emissões, que dificulta a competitividade com países produtores não tão exigentes quanto a esse aspecto.

Na sequência, o MMA fez um breve relato sobre o andamento do Inventário do Setor de Transportes e a respeito da implementação da Resolução CONAMA 418/2009, que institui o Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV e o Programa de Inspeção e Manutenção de

Veículos – I/M. Sobre esse último tema, foi informado que a quase totalidade dos estados brasileiros elaboraram seu PCPV, no entanto, existem muitas dificuldades para a implementação do Programa de I/M.

O próximo item da pauta foi relacionado ao Relatório de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE referente ao ano de 2012. O Relatório foi encaminhado pelo MMA a todos os representantes da CAP. Apenas o representante da CNEA apresentou contribuições e sugestões de melhoria. Foi ressaltado pelo MMA que o Relatório deve ser submetido a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos e em seguida ao Plenário do CONAMA.

O último item da pauta foi relacionado aos indicadores de desempenho para análise de eficácia do PROCONVE. Foi salientado que as instituições responsáveis pelos indicadores devem apresentar suas propostas na próxima reunião da CAP.

Encaminhamentos

1. Devem ser aprimoradas as discussões relativas às questões inerentes à comercialização do ARLA 32, como o licenciamento ambiental para a venda a granel, a possibilidade de adulteração do produto e a disposição das embalagens vazias;

2. A CAP deve verificar a possibilidade de investigar, através de pesquisas, as consequências relacionadas à adulteração no uso do ARLA32;

3. As instituições responsáveis pela elaboração dos indicadores devem apresentar suas propostas na próxima reunião da CAP.

4. Os representantes do MMA e da CNI irão observar se será possível a realização da 8ª Reunião Ordinária da CAP na programação da FENATRAN – Feira Internacional do Transporte, que se realizará de 28 de outubro a 1º de novembro, na cidade de São Paulo.

A reunião foi encerrada por volta das 17 horas.

Brasília, 15 de maio de 2013

Lúcia Fernanda Alves Garcia
Secretária

Rudolf de Noronha
Coordenador

ANEXO I

Lista de representantes presentes a 7ª RO

	Nome	Instituição
1.	Rudolf de Noronha	Ministério do Meio Ambiente
2.	Letícia Reis de Carvalho	Ministério do Meio Ambiente
3.	Juliana Wotzasek Rulli Villardi	Ministério da Saúde
4.	Cláudio Akio Ishihara	Ministério de Minas e Energia
5.	Márcio Beraldo Veloso	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
6.	Rosângela Moreira de Araújo	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
7.	Jackson da S. Albuquerque	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
8.	Alexsander Barros Silveira	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA
9.	Edmilson Rodrigues Costa	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA
10.	Henry Joseph Junior	Confederação Nacional da Indústria - CNI
11.	Vanderlei Borsari	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
12.	Ademilson Josemar Zamboni	Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA

Lista de participantes

	Nome	Instituição
1.	Kamyla B. Cunha	Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA
2.	Rui de Abrantes	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
3.	Andréia K. Roberto Santos	Ministério da Saúde
4.	Márcia Demby	Ministério do Meio Ambiente
5.	Luiz Gustavo Haisi Mandalho	Ministério do Meio Ambiente
6.	Gilson Bortolon	PETROBRAS
7.	Lúcia Fernanda Alves Garcia	Ministério do Meio Ambiente
8.	Rodrigo Navarro	Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO
9.	Paulo Yusaka Fujikawa	Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO
10.	Edmilson Raldenes	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO II

Apresentações